

revista, atualizada  
e ampliada  
3ª edição

**Márcio Berto Alexandrino de Oliveira**

**O Controle  
do Mérito  
Administrativo  
pelo Judiciário  
na Cassação de  
Mandato Eletivo**

**Prefácio: Rodrigo Valgas dos Santos**

**Apresentação: Mauro Roberto Gomes de Mattos**

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2024

Copyright © 2024 by Márcio Berto Alexandrino de Oliveira

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

O48c

Oliveira, Márcio Berto Alexandrino de

O controle do mérito administrativo pelo judiciário na cassação de  
mandato eletivo / Márcio Berto Alexandrino de Oliveira ; Prefácio: Rodri-  
go Valgas dos Santos ; Apresentação: Mauro Roberto Gomes de Mattos.  
- 3. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2024.  
306 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2852-3

1. Justiça eleitoral - Brasil. 2. Mandatos (Direito eleitoral). 3. Controle  
jurisdicional de atos administrativos. 4. Processo eleitoral. I. Santos, Ro-  
drigo Valgas dos. II. Mattos, Mauro Roberto Gomes de. III. Título.

CDD 342.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>1. Notas Introdutórias</b> .....	1
<b>2. Os Direitos Fundamentais de Voto e Candidatura: necessidade de maior contenção da Justiça Eleitoral</b> .....	7
<b>3. Os Princípios Fundamentais Assegurados ao Cidadão</b> .....	27
3.1. Os direitos e as garantias fundamentais na ordem constitucional.....	35
3.2. Os direitos e as garantias fundamentais como meio de limitar o poder do Estado .....	41
3.3. A aplicação direta e imediata dos direitos fundamentais no direito brasileiro.....	44
3.4. A busca da máxima efetividade das normas constitucionais em um regime democrático.....	59
<b>4. O Ato Administrativo e o Mérito Administrativo na Ordem Vigente</b> ....	65
<b>5. A Comissão Parlamentar de Inquérito e a Comissão Parlamentar Processante</b> .....	75
5.1. Impossibilidade de investigar e punir o detentor de mandato eletivo por fatos ocorridos em mandato extinto.....	91
5.2. O julgamento, pelo Poder Legislativo, das contas prestadas anualmente pelo Chefe do Executivo .....	94
5.3. A necessidade de intimação pessoal do investigado do relatório final da CPI e da decisão de cassação de mandato proferida pelo parlamento.....	100

<b>6. O Processo Administrativo de Cassação de Mandato Eletivo .....</b>	<b>109</b>
6.1. A Individualização da Conduta e a Justa Causa no Processo de Cassação de Mandato Eletivo .....	110
<b>7. O Processo Administrativo e Judicial no Paradigma do Estado Democrático .....</b>	<b>121</b>
7.1. O devido processo legal nos processos administrativos de cassação de mandato eletivo .....	130
7.1.1. O direito de produção de provas e o devido processo legal...	140
7.2. A impossibilidade de responsabilização objetiva do detentor de cargo eletivo.....	143
7.3. A instauração de processo de cassação de mandato eletivo com desvio de finalidade .....	148
<b>8. O Controle do Mérito Administrativo pelo Judiciário na Cassação de Mandato Eletivo .....</b>	<b>155</b>
8.1. A imparcialidade dos parlamentares no processo de cassação de mandato .....	179
8.2. As matérias “Interna Corporis” do Poder Legislativo e as garantias fundamentais .....	184
8.3. A responsabilização do parlamentar por proferir voto contrário às provas dos autos ou com desvio de finalidade.....	190
8.4. Os atos ilícitos praticados pelo parlamentar no transcorrer do processo de cassação com desvio de finalidade .....	205
8.5. A razoabilidade e proporcionalidade na aplicação de penalidade no processo de cassação de mandato eletivo .....	208
8.6. A necessidade de motivação do ato administrativo que resultar em penalidade .....	225
8.7. A função do Ministério Público no processo de impeachment/cassação de mandato eletivo .....	232

<b>9. Considerações Finais .....</b>	<b>237</b>
<b>10. Referências Bibliográficas .....</b>	<b>241</b>
<b>Obras do Autor .....</b>	<b>253</b>